



Vigilância armada dá segurança a fóruns



Mais 12 fóruns judiciais do Maranhão passaram a ser protegidos por vigilância armada em janeiro.

A medida, emergencial, visa garantir a segurança das unidades jurisdicionais situadas nas comarcas e localidades onde os casos de arrombamento e assalto são mais frequentes.

Passaram a ser vigiadas durante 24 horas ininterruptas os fóruns de Açailândia, Barra do Corda, Bequimão, Lago da Pedra, Arari, Coelho Neto, Imperatriz, São Mateus, Santa Luzia, Montes Altos, Matões e Colinas.

Com a contratação, sobe para 112 o número de vigilantes envolvidos na segurança e vigilância armada nos postos no Estado, de forma contínua, durante 24 horas. Ao todo, são 28 postos, cada um com 4 homens.

A empresa Congelseg foi contratada direta-

mente, em caráter emergencial, pelo Tribunal de Justiça para fazer frente à ameaça de assaltos e arrombamentos denunciada por magistrados maranhenses, conforme permite a Lei das Licitações (nº 8.666/93), nos casos em que há possibilidade de danos à prestação das atividades estatais que justificam essa medida.

O contrato de vigilância deve vigorar pelo prazo de 180 dias, até que seja concluída licitação em andamento que atenderá a um total de 50 unidades jurisdicionais e administrativas do Judiciário em todo o Estado.

Já são vigiadas pelas empresas Servi-San e Potencial e outras 16 unidades administrativas e jurisdicionais, no interior e na capital, desde novembro de 2010.

Recebem a cobertura o anexo administrativo (bairro da Alemanha); o depósito judicial; a

Vara da Mulher (foto); o juizado especial do João de Deus; os fóruns de Ribamar, Paço do Lumiar, Santa Inês, Timon, Caxias, Bacabal, Imperatriz e Olinda Nova.

Para o presidente do TJMA, os investimentos na infraestrutura predial e de segurança das comarcas devem ser ampliados ainda este ano, obedecendo, criteriosamente, à disponibilidade orçamentária do Judiciário. Cerca de 1,5 milhão foram disponibilizados para a segurança no exercício 2010.

MILITARES - De acordo com informações do gabinete militar do TJMA, a segurança das unidades do Judiciário também é reforçada por 129 policiais militares e bombeiros, responsáveis pela vigilância nos prédios do Tribunal de Justiça, Corregedoria, Fórum de São Luís e juizados especiais da capital.

Os militares são responsáveis, ainda, pela guarda e vigilância da Casa Abrigo, Creche, Casa da Criança, almoxarifado, Escola da Magistratura, varas da Infância e Juventude, Execução Criminal, anexos administrativos, além dos fóruns de Paço do Lumiar, Raposa e Juizado Especial de Ribamar.

Entre as atribuições dos vigilantes estão o controle e a fiscalização da entrada e saída de visitantes, usuários, servidores e materiais; a ronda diária para verificação de todas as dependências das instalações; a manutenção das condições de segurança nos casos de emergência ou abandono das unidades; além da proibição de todo e qualquer tipo de atividade junto aos postos e imediações, que ofereça risco à segurança dos serviços e instalações.



EDITORIAL



Este mês nos voltamos para a modernização das rotinas de trabalho no ambiente interno, desenvolvendo ações que nos permitiram agilizar tarefas diárias, com boa repercussão nos serviços voltados ao público externo.

Atualizamos a nova versão do Sistema de Gerenciamento eletrônico de processos judiciais, tornando-o mais célere e funcional. Implantamos o MentoRH, integrando a gestão de pessoal e agregando informações e serviços de interesse do servidor. Ambos proporcionaram ao Tribunal economia, modernização, agilidade e autonomia nos serviços. Decidimos por adotar outro programa para gerenciar o ciclo de documentos emitidos e recebidos pelos setores do TJ, seguindo orientação do Conselho Nacional de Justiça.

De outro lado, do pacote de licitações lançadas durante a gestão, executamos boa parte do cronograma de obras de construção e reforma, beneficiando as comarcas de São Mateus, Caxias, Santa Inês e de São Luís, com a finalização do anexo, dentre outras já em andamento.

Os serviços de manutenção predial beneficiaram as comarcas de Imperatriz, Balsas; Bom Jardim; Caxias; Codó; Cururupu; Grajaú; Itinga; Pastos Bons; Penalva; Santo Antônio dos Lopes; São Domingos do Azeitão; São João dos Patos; São Mateus; São Raimundo das Mangabeiras; Timbiras e Timon.

Os serviços abrangem a revisão de cobertura, piso, instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias e de informática, além de pintura, dentre outras melhoria do ambiente de trabalho.

As atividades forenses também receberam o reforço de novos veículos para as grandes comarcas do Estado, como Imperatriz, Caxias, Santa Inês e Bacabal.

Com essas medidas cumprimos o compromisso assumido de investir na estruturação do primeiro grau - a base da Justiça estadual. Com os esforços empreendidos no ano passado, já conseguimos executar 33% das ações do planejamento estratégico previstas até o ano de 2014.

No ritmo atual, chegaremos ao final do ano com um saldo positivo de grandes conquistas para a magistratura estadual, com reflexos para todos os cidadãos maranhenses.

Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto
Presidente

Campanha de ajuda aos desabrigados de enchentes

Na segunda quinzena de janeiro a diretoria geral do Tribunal de Justiça encabeçou a campanha de arrecadação de doativos para as vítimas das chuvas na Região Serrana do Rio. O material recebido, principalmente alimentos não-perecíveis, produtos de higiene pessoal, água mineral, roupas e colchonetes, foi transportado para a filial da Cruz Vermelha no Maranhão.

A diretora Alessandra Darub agradeceu a participação de magistrados e doadores que se sensibilizaram com a iniciativa. A juíza Oriana Gomes, doou 50 cestas básicas obtidas pela 10ª Vara Criminal de São Luís em transação penal.

A campanha contou com a colaboração dos desembargadores José Stélio Muniz, Jorge Ra-

chid e Paulo Velten, dos servidores das diretorias geral de informática; de servidores das assessorias de comunicação e jurídica; coordenadorias de arquivo, processos administrativos disciplinares e sindicância, Ferj, chefia de gabinete e fórum da capital.

O presidente nacional da Cruz Vermelha do Brasil, Walmir Moreira Serra Junior, em visita à presidência do TJMA, elogiou a campanha: "A Cruz Vermelha agradece o gesto de solidariedade do Tribunal, que mostrou sensibilidade ao tomar uma iniciativa louvável e digna de elogio de todos aqueles que lutam em favor dos cidadãos desprotegidos em função de catástrofes naturais".



Auditoria do Tribunal inspeciona equipamentos doados pelo CNJ

Bens permanentes de informática recebidos a partir de 2007 por doação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) passaram por auditoria do TJMA. O Conselho determinou a todos os tribunais estaduais a realização das auditorias, a fim de verificar a adequação aos objetivos pretendidos com o Projeto de Modernização da Infraestrutura do Judiciário.

Todos os setores que receberam equipamentos (computador, scanner, impressora, no-break) devem ser auditados, conforme cronograma de visita. A equipe da Auditoria irá verificar se os bens estão sendo utilizados para a finalidade a qual se destinam e se estão efetivamente nos locais indicados

pela Coordenadoria de Material e Patrimônio. Até o final de março devem ser entregues os relatórios, que poderão subsidiar novas doações.

A inspeção também será feita nas comarcas de Açailândia, Arari, Anajatuba, Bacabal, Bequimão, Balsas, Brejo, Caxias, Chapadinha, Coroatá, Codó, Dom Pedro, Estreito, Imperatriz, Itapecuru, Matinha, Pinheiro, Pedreiras, Pio XII, Pindaré-Mirim, Presidente Dutra, Rosário, Santa Rita, Santa Quitéria, São Bernardo, Santa Inês, São Mateus, Santa Helena, São Vicente Férrer, São Bento, São João Batista, Santa Luzia, Timon, Viana, Vargem Grande e Zé Doca.



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto
Presidente

Desa. Cleonice Silva Freire
Vice-presidente

Des. Antonio P. Guerreiro Júnior
Corregedor-Geral da Justiça

Des. Antonio Fernando Bayma Araújo
Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf
Des. José Stélio Nunes Muniz
Des. Raimundo Freire Cutrim
Des. Cleones Carvalho Cunha

Desa. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa
Des. Benedito de Jesus Guimarães Belo
Desa. Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães
Desa. Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz

Desa. Raimunda Santos Bezerra
Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Des. Marcelo Carvalho Silva

Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Des. Paulo Sérgio Velten Pereira
Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa
Des. Raimundo Nonato de Sousa
Des. Jaime Ferreira Araújo

Des. Raimundo Nonato Magalhães Melo
Des. José Bernardo Silva Rodrigues
Des. José de Ribamar Fróz Sobrinho
Des. José Luiz Oliveira de Almeida

Raimundo Moraes Bogéa
Sônia M. Amaral Fernandes Ribeiro
Juizes Auxiliares

EXPEDIENTE

TJ Notícias é uma publicação
do Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão

Assessoria de Comunicação
da Presidência

Av. Pedro II - Centro - São Luís-MA
CEP: 65.010-905 - Fone: 2106-9000

Twitter: @TJ_MA
Site: www.tjma.jus.br
E-mail: asscom@tjma.jus.br

Jornalista Responsável:
Helena Barbosa (MTE-391-JP)

Reportagem:
Amanda Mouzinho, Andréa Colins, Antônio Carlos de Oliveira, Irma Helenn, Joella Nascimento, Juliana Mendes, Paulo Lafene e Orquídea Santos

Diagramação:
Tiago Erre

Fotos:
Asscom



Pacote de licitações constrói e reforma fóruns

Entre concorrências e tomadas de preços, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) lançou um pacote de 26 licitações de obras de construção, reforma e ampliação de fóruns, que vão resolver os problemas de deterioração e inadequação das atuais sedes reclamados por juízes e servidores, principalmente nas comarcas situadas nos municípios mais pobres do Estado.

Do total de obras licitadas, o TJMA assinou contrato de execução das obras em metade delas, com as construtoras Torquato, Confil, Lotil, Átila, e Dinamarca e Silveira.

Já foram iniciados os serviços para as obras de construção dos fóruns de Mirinzal, São Mateus, Caxias, João Lisboa, Mirador, Buriticupu, Alto Parnaíba, Loreto, e da finalização do anexo do fórum de São Luís e reforma dos fóruns de Amarante, Montes Altos e Coroatá.

ANDAMENTO - As outras licitações em andamento terão os serviços executados ainda este ano. São as obras de construção de fórum

e salão do júri das comarcas de Matões, Morros, Rosário, Santa Helena, Colinas; reforma de Itapecuru-Mirim; reforma e ampliação do fórum de São José de Ribamar e finalização do fórum de Santa Inês.

Essas licitações encontram-se na fase de apresentação de propostas das empresas concorrentes, a serem conhecidas até o dia 14 de fevereiro.

Tramitam ainda processos licitatórios para a construção dos fóruns de Buriticupu, Carutapera e reforma de Itapecuru-Mirim, Poção de Pedras e São Bernardo. As empresas que vão trabalhar na construção do Salão do Júri em Estreito e Carolina já foram licitadas.

Segundo o presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, as obras dão continuidade à política empreendida pelo Tribunal de oferecer as condições estruturais adequadas para que o Judiciário possa receber e julgar, de forma satisfatória, as demandas da sociedade, garantindo uma melhor prestação jurisdicional e um trabalho efetivo da Justiça

no Estado.

“A direção do Tribunal tem consciência da precariedade da situação de boa parte desses fóruns e já tomou providências para resolvê-los. Já entregamos seis novos fóruns no ano passado (Raposa, Olinda Nova, Carolina, Estreito, Maracaçumé e Morros) e devemos entregar mais obras até o mês de julho.

“Esse foi o compromisso assumido na minha gestão”, disse o presidente.

CONSTRUÇÕES - A conclusão do novo fórum de São Mateus é uma das prioridades no projeto de reestruturação da Justiça de 1º grau. A obra, no valor de R\$ 1.050.950,43, deverá ser entregue em quatro meses. O fórum terá três varas, seis gabinetes, salão do júri e sala de conciliação.

Visitada recentemente pelo presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, a obra de construção do novo fórum de Caxias está bem adiantada. O fórum vai ocupar uma área de 3 mil e 500 m² e vai abrigar 6 varas e um

Juizado Especial. O prédio está sendo construído dentro da ‘Cidade Judiciária’, área destinada a abrigar diversos órgãos da Justiça.

Os serviços de construção do fórum de Santa Inês estão sendo reiniciados. O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, homologou, em janeiro, a licitação objetivando a conclusão do fórum no prazo de seis meses. O projeto da obra passou por uma modificação que incluiu o salão de júri e área de urbanização.

O fórum de Mirinzal segue o padrão arquitetônico adotado pelo Judiciário para as unidades jurisdicionais no Estado e será concluído em 180 dias.

A estrutura do imóvel, com 373,61m² de área construída, está situada em um terreno de 990,53 m². Os investimentos para a construção da obra totalizam R\$ 537.830,48 oriundos do Fundo de Modernização e Reparelamento do Judiciário (FERJ), que se destina a melhorar a infraestrutura da Justiça estadual.

Fóruns em obras



Construção do Fórum de Mirinzal



Construção do Anexo do Fórum de São Luís



Construção do Fórum de São Mateus



Reforma do Fórum de Coroatá



Construção do Fórum de Caxias



Construção do Fórum de Santa Inês



Sistema de controle processual agrega novas rotinas

O sistema de acompanhamento eletrônico de processos judiciais de segundo grau (Themis SG) do Tribunal de Justiça ganhou nova versão em janeiro. A atualização se deu, principalmente, para incluir novas rotinas determinadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como a classificação processual por classe, assuntos e movimentação, de acordo com tabelas padronizadas para todo o país.

Após aprovação acerca de alguns pontos pelo Pleno do TJ, a atualização do sistema será implantada nos setores responsáveis.

“A nova versão do Themis SG superou as expectativas, por apresentar as funcionalidades de forma simples e adaptável à tramitação processual. “O sistema vai otimizar a celeridade e facilitar o esclarecimento das partes, advogados e servidores dos gabinetes e coordenadorias”, avaliou o presidente da Comissão de Informática, desembargador Jorge Rachid.

A comissão de informática do TJMA também é composta pelos desembargadores Marcelo Carvalho, Stélio Muniz e Paulo Velten Pereira.



Novo sistema inova gestão de recursos humanos

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) implantou o MentoRH, sistema integrado de gestão de recursos humanos que realiza o cálculo da folha de pagamento de servidores, assim como o controle de cargos, benefícios, férias, frequência, tempo de serviço, progressão funcional, entre outras rotinas do Judiciário.

O novo sistema facilita ao servidor as consultas comumente feitas ao setor de recursos humanos do tribunal, agregando independência de acesso aos dados cadastrais, rapidez e melhor acompanhamento de registros funcionais e financeiros.

Gradativamente o sistema disponibilizará, no portal do TJMA, outras informações e funções, tais como simulações de aposentadoria, consultas ao histórico de funções, ficha financeira, dentre outros. Para consultar as informações pelo sistema, o servidor digita matrícula e senha.

“Além de dinamizar a gestão de recursos humanos, o sistema MentoRH vai trazer mais motivação aos servidores, que poderão realizar a implantação dos benefícios a que têm direito de forma prática e rápida, utilizando o próprio

portal”, explicou o diretor de recursos humanos do TJMA, Aurino Rocha.

Para o diretor financeiro do TJMA, Luis Carlos Calvet, a implantação do sistema significa melhoria de gestão, economia, modernização, agilidade dos serviços.

Ele disse que a medida significa também autonomia, visto que a folha de pagamento dos servidores passa agora a ser elaborada, gerada, digitalizada e impressa — inclusive os contracheques — pelo setor competente do próprio tribunal, não mais sendo necessário recorrer à Secretaria de Administração do Estado.

“O MentoRH contempla todas as funcionalidades da gestão de pessoas e traz inúmeras vantagens, principalmente

para os servidores lotados nas comarcas do interior, que, acessando o portal do tribunal poderão, pela internet ou pela intranet, marcar suas férias e solicitar documentos sem precisar se deslocar a São Luís.

É importante frisar que as férias serão marcadas diretamente pelo portal, e não pelo sistema Digidoc”, ressaltou a coordenadora da folha de pagamento do TJMA, Cláudia Maria da Rocha.



Convênios permitem a cessão de servidores para serviços gerais e vigilância

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão está firmando convênio de cooperação técnica com prefeituras municipais visando à cessão de servidores dos quadros dos municípios para prestarem serviços gerais e vigilância predial para o Judiciário nas comarcas.

A regulamentação da cessão por meio de convênio, determinada pelo presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, tem a finalidade de regularizar, de forma institu-

cional, a situação dos servidores, além de melhorar os serviços prestados pelo Tribunal aos jurisdicionados dos municípios conveniados.

Somente poderão permanecer cedidos ou ser celebrados novos convênios nos casos em que, comprovadamente, o servidor cedido pela prefeitura tenha tido ingresso regular no serviço público, nos termos que exige a Constituição Federal. Não será permitida a cessão de servidores para os serviços de secretaria judicial.

A fiscalização e o gerenciamento dos serviços dos servidores caberão ao juiz diretor do fórum e ao prefeito. Por meio de portaria, o juiz diretor do fórum fixará o horário de trabalho dos servidores cedidos, com observância do regime de horas adotado no seu órgão de origem. O magistrado deve ainda comunicar à diretoria de recursos humanos do TJ os dados dos servidores, colocados à disposição do Judiciário, para a confecção do crachá de identificação.

IBDFAM elege nova diretoria

O Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), seção do Maranhão, elegeu no dia 20 de janeiro a diretoria para o biênio 2011/2012.

A eleição aconteceu na sede da Escola Superior da Magistratura (ESMAM), com a posse imediata dos eleitos.

A diretoria do IBDFAM passou a ser assim

composta: presidente juiz José de Ribamar Castro (1ª Vara de Família da capital); vice-presidente desembargador Lourival Serejo; secretária-geral Bruna Barbieri Waquim (chefe de gabinete do TJMA); secretária-adjunta Mariléa C. dos Santos Costa (Procuradora de Justiça do MA); Diretor Cultural juiz Kléber Costa Carvalho (auxiliar da Corregedoria Geral

de Justiça do Maranhão); primeira tesoureira juíza Ângela Maria Moraes Salazar (5ª Vara de Família da capital); segunda tesoureira advogada Teresinha de F. Marques Vale e para o Conselho Fiscal a desembargadora Cleonice Freire (Coordenadora da Infância do TJMA) e advogados Lourival Gondim da Silva e Norberto José da Cruz Filho.

O IBDFAM é uma entidade de cunho técnico-científico sem fins lucrativos com quase cinco mil associados no Brasil e no exterior.

O Instituto tem como objetivo desenvolver e divulgar o conhecimento sobre o Direito de Família, atuando efetivamente como força representativa nas questões pertinentes à família brasileira.



Programa de gestão documental controla documentos e arquivos



O ciclo dos documentos emitidos e recebidos pelos setores do TJMA, desde a criação até sua destinação ao arquivo – passará a ser gerenciado por um programa específico. O objetivo é melhorar e reorganizar a gestão documental e arquivística do Judiciário.

O programa inclui a elaboração de Plano de Classificação, que ajudará na organização dos documentos por assunto, e de uma Tabela de Temporalidade, que determinará o tempo de arquivamento de cada documento de acordo com o tipo.

Os documentos judiciais terão seu tempo de permanência definido pelo Conselho Na-

cional de Justiça (CNJ), em tabela a ser distribuída aos tribunais de todo o país.

As normas e procedimentos começaram a ser definidas logo no início do ano, pela comissão permanente de avaliação documental, com o apoio do Núcleo de Planejamento Estratégico (NPE).

A comissão, formada por 8 servidores, está subordinada à Comissão de Revista e Jurisprudência e Biblioteca, presidida pelo desembargador Lourival Serejo e composta pelos desembargadores Raimundo Melo, Raimunda Bezerra e Stélio Muniz.

Parceria com iniciativa privada promove a reciclagem de papel

A empresa de reciclagem Ripel Ecoambiental está recolhendo o papel usado durante o expediente do Tribunal de Justiça do Maranhão para ser reutilizado, por meio do processo de reciclagem.

A medida, determinada pela presidência do TJMA, visa cumprir a Meta 6 do Judiciário nacional, que estabelece a redução, pelos tribunais, a pelo menos 2%, do consumo per capita de energia elétrica, telefone, papel, água e combustível.

O serviço de apoio do TJ recolhe todo o material nos setores, uma vez por semana, preferencialmente, às sextas-feiras. A Ripel é

responsável por separar o material e destinar para a reciclagem e informar ao Tribunal o quantitativo processado.

Além do papel utilizado durante o expediente no TJ, o servidor também pode encaminhar para a reciclagem o material utilizado de casa, que será destinado ao reaproveitamento e uso pela clientela dos projetos sociais do Judiciário.

“Estimulando o comportamento ambiental correto entre os servidores, poderemos diminuir o desperdício de materiais e racionalizar o uso dos recursos”, explicou a diretora-geral, Alessandra Darub.



Responsabilidade Ambiental
O Judiciário apoia essa ideia
TJMA

Laudo técnico aprova condições de trabalho no Judiciário

O TJMA já realizou 70% das perícias ambientais nos locais de trabalho no âmbito do Judiciário. As perícias – iniciadas em novembro de 2010 – têm como objetivo verificar o grau de insalubridade e periculosidade nos locais e nas atividades desempenhadas pelos servidores da Justiça no Estado.

Todos os ambientes de trabalho pericidados na capital e interior apresentaram boas condições de funcionamento, não sendo identificada nenhuma irregularidade quanto ao cumprimento da legislação que trata de segurança do trabalho, segundo laudo apresentado pela SSO (Assessoria em Segurança e Saúde Ocupacional), empresa responsável pelas perícias.

A equipe técnica encarregada de realizar as perícias percorreu mais de 10.000 km no Estado, fazendo levantamentos dos riscos potenciais aos servidores do Judiciário. Além da existência de riscos de acidente, foi verificado

se há também algum risco físico, químico ou biológico, para a realização de melhorias e aplicação de medidas preventivas.

O trabalho foi realizado por engenheiros e médicos do trabalho, enfermeiros e técnicos de segurança da SSO. O laudo final das perícias será entregue em março deste ano.

“A iniciativa de realizar perícias para identificação de insalubridade e periculosidade no âmbito do Judiciário estadual visa tão somente melhorar, ainda mais, as condições de trabalho dos nossos funcionários no desenvolvimento das suas atividades profissionais. É uma medida pioneira no Estado e representa o compromisso da atual gestão do tribunal com a valorização dos servidores do Poder Judiciário”, ressaltou a diretora geral do TJMA, Alessandra Darub.

O trabalho de perícia consiste na execução sistemática do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), obedecendo rigorosa-

mente às Normas Regulamentadoras (NR’s) 15 e 16, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Entre as localidades periciadas até agora incluem-se as comarcas de Barra do Corda, Codó, Bacabal, Coroatá, Dom Pedro, Esperantinópolis, Eugênio Barros, Igarapé Grande, Pedreiras, São Mateus, Santa Rita, Timbiras, Santa Rita, Tuntum, Poção de Pedras, Presidente Dutra, São Domingos do Maranhão, Santo Antonio dos Lopes, além de São Luís.

SAÚDE OCUPACIONAL – Paralelamente à realização de perícias ambientais, os servidores estão sendo submetidos a exames médicos para verificação de aptidão para a atividade que desenvolvem no Poder Judiciário, conforme o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO).

Até o momento, 1.200 servidores se submeteram ao exame de saúde ocupacional, que estão sendo realizados nos seis polos

judiciais no interior do Estado, e em São Luís.

“Com um diagnóstico científico das condições de saúde dos nossos servidores, temos mais condições de oferecer-lhes um acompanhamento médico que possa valorizar o seu potencial na sua atividade profissional, superando possíveis limitações decorrentes de doenças crônicas ou de outros problemas que afetam diretamente a sua saúde”, salientou a diretora da divisão médica do TJMA, Keila Castro Melo.

O Diretor de Recursos Humanos, Aurino Rocha, disse que a iniciativa vem ajudar o Judiciário a proteger a integridade e a capacidade de trabalho dos seus servidores. “Trata-se de um trabalho preventivo que visa principalmente proteger a saúde dos funcionários, dando-lhes melhores condições para desenvolver suas funções num ambiente de trabalho adequado”, explicou.



TJMA adota medidas para quitação de dívidas judiciais

Por determinação do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Jamil Gedeon, foram encaminhados, em 23 de dezembro de 2010, à Contadoria do Fórum, os precatórios relativos às dívidas judiciais incluídas no orçamento de 2010, objetivando promover a respectiva quitação.

Atualmente, o montante da dívida referente aos precatórios expedidos pelo Tribunal de Justiça em desfavor do Estado do Maranhão – com correção monetária – é de R\$ 85.970.497,24. Sobre esse valor ainda serão calculados os juros de mora. O valor nominal da dívida era de R\$ 73.501.628,51. O TJMA notificou a Procuradoria Geral do Estado (PGE) para a quitação da dívida, em janeiro deste ano.

As medidas adotadas pelo TJMA com vistas à quitação das dívidas judiciais foram comunicadas pelo presidente da Corte, desembargador Jamil Gedeon, ao presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil

(OAB), Mário Macieira, que, acompanhado do ex-presidente da entidade José Caldas Gois e um grupo de advogados, solicitou informações acerca do depósito, pelo governo do Estado, da verba necessária ao pagamento de precatórios, bem como do montante dos débitos judiciais.

Na ocasião, o presidente do TJMA externou sua preocupação com o crescimento das dívidas consubstanciadas nos precatórios emitidos em desfavor do Estado. No entanto, advertiu que até agora o governo estadual tem cumprido a Carta Constitucional no que se refere à forma de pagamento e à devida atualização monetária dos precatórios, conforme os ditames do artigo 100, parágrafo 5º e 66º da Constituição Federal.

“A legislação em vigor traz em seu rol medidas extremas cabíveis para os casos de descumprimento, desvio e não alocação de verba para pagamento de precatórios requisitados pelo Judiciário”, advertiu Gedeon.

Servidores com dupla jornada têm direito à gratificação

A Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) para os servidores que vão poder optar pelo prolongamento da jornada de trabalho foi regulamentada pelo presidente Tribunal de Justiça do Maranhão por meio da Resolução Nº 59/2010, nos termos da Lei Nº 9.326, sancionada pela governadora estadual e publicada no Diário Oficial do Estado em 30 de dezembro de 2010.

O aumento da jornada atende a uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e tem o objetivo de dar mais agilidade e celeridade às demandas judiciais e proporcionar atendimento aos usuários dos serviços judiciários nos dois turnos.

Somente servidores efetivos, não ocupantes de cargo em comissão, poderão optar pela gratificação mensal de 20% sobre o vencimento do cargo.

A opção pela gratificação implicará a obrigatoriamente da jornada de trabalho de oito horas diárias.

O regime atual dos efetivos é de seis horas ininterruptas.

IMPLANTAÇÃO – A GAJ será implantada gradualmente, condicionada à disponibilidade orçamentária e obedecerá aos limites de até dois terços em 2011, e até em 2012 o total do quadro, conforme cronograma estabelecido pela Diretoria de Recursos Humanos.

A gratificação será concedida pela presidência do Tribunal, que poderá delegar ao diretor de RH. Deferida a gratificação, o servidor terá o controle de frequência adequado à nova jornada de trabalho.

Conforme as unidades descritas no cronograma, magistrados (1º grau) e chefes imediatos (2º grau) podem requerer a GAJ pelo endereço eletrônico dirrh@tjma.jus.br.

Exoneração ou vacância do cargo, licença e afastamento superior a 30 dias, e decisão judicial são algumas situações que podem resultar em perda da gratificação.

Desembargadores julgam mais que a demanda de 2009

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) julgaram, em 2010, 13.063 processos, 18% a mais que em 2009, quando foram julgados 11.089 processos.

O desembargador Cleones Cunha encabeçou a lista da produtividade, com 975 processos julgados, incluindo decisões monocráticas e colegiadas.

Por outro lado, a demanda na Justiça de 2º Grau aumentou. Dados comparativos entre os dois exercícios indicam um aumento de 27% em relação ao ano passado, chegando a 15.531 o número de processos distribuídos, ou seja, 3.034 a mais que em 2009, quando houve a distribuição de 12.191 processos.

De forma prática e criativa, os desembargadores estão adotando diversos procedimentos para aumentar a produtividade e evitar o “tempo morto” – período em que os processos ficam aguardando uma providência.

Dentre outros métodos, estipulam metas de produção para as equipes, adotam sistemas de controle informatizado do tempo de permanência dos autos no gabinete e se reúnem periodicamente com as assessorias para avaliar o andamento dos serviços.

RELATÓRIOS – O desembargador Cleones Cunha controla, em seu gabinete, a situação dos processos não julgados por meio de relatórios estatísticos semanais e ordena a devolução imediata dos autos quando há excesso de prazo. “O bom índice de produtividade do Tribunal também é o resultado de um trabalho de equipe, envolvendo todos os desembargadores, com o importante apoio dos servidores”, avaliou.

O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, ficou satisfeito com os resultados da produtividade. Na sua opinião, os números refletem o esforço do colegiado para que o Tribunal seja reconhecido como uma instituição ágil e efetiva na solução dos litígios.

Ele lembrou que as estatísticas produzidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) já haviam indicado que o TJMA ocupa o primeiro lugar em produtividade no país, com 144% de julgamentos em 2010.

As estatísticas do TJMA apontam que foram proferidas 10.018 decisões colegiadas e 3036 monocráticas. Houve o registro de 18.32 processos baixados para cartórios e arquivados. Para as instâncias superiores foram remetidos 2.938 processos.

Novos veículos para fóruns de grandes comarcas

Em janeiro, o Tribunal de Justiça do Maranhão adquiriu 11 veículos, sendo quatro tipo van, seis caminhonetes e um micro-ônibus para auxiliar nos serviços forenses. A medida faz parte das ações da política de apoio à Justiça de primeiro grau da atual gestão do TJMA.

A comarca de Imperatriz recebeu dois veículos novos (uma van e uma caminhonete), entregues pelo presidente Jamil Gedeon ao juiz diretor do fórum, Adolfo Pires (foto). Também receberam cinco novos

veículos as comarcas intermediárias de Caxias, Santa Inês e Bacabal, que estão entre as maiores do Estado.

Foram encaminhados dois veículos, uma van e uma caminhonete para Caxias. Bacabal e Santa Inês receberam uma caminhonete, cada.

Os veículos vão substituir antigos carros que estavam em uso nessas comarcas, que apresentam problemas de manutenção e prejudicavam o andamento dos trabalhos do Judiciário.

